

# PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS

- SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO ✓
- INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO ✓
- RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE ✓
- AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA ✓
- MOTIVAÇÃO ✓
- CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ✓
- SEGURANÇA JURÍDICA ✓
- CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ✓
- SUBSIDIARIEDADE ✓
- CONTROLE ✓
- PRECAUÇÃO ✓
- ESPECIALIDADE ✓

# SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

↳ { PREVALÊNCIA  
PREPONDERÂNCIA

\* PODERES DA ADM

\* ADM → ATUAR COM SUPERIORIDADE

Ex: PODER DE POLÍCIA  
DESAPROPRIAÇÃO

# INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

\* NÃO PODE "ABRIR MÃO"

\* NERO GESTOR DA COISA ALHEIA

↳ A TUAÇÃO : CONFORME DETERMINADO EM LEI

\* DEVERES E RESTRIÇÕES

\* PODER-DEVER DE AGIR

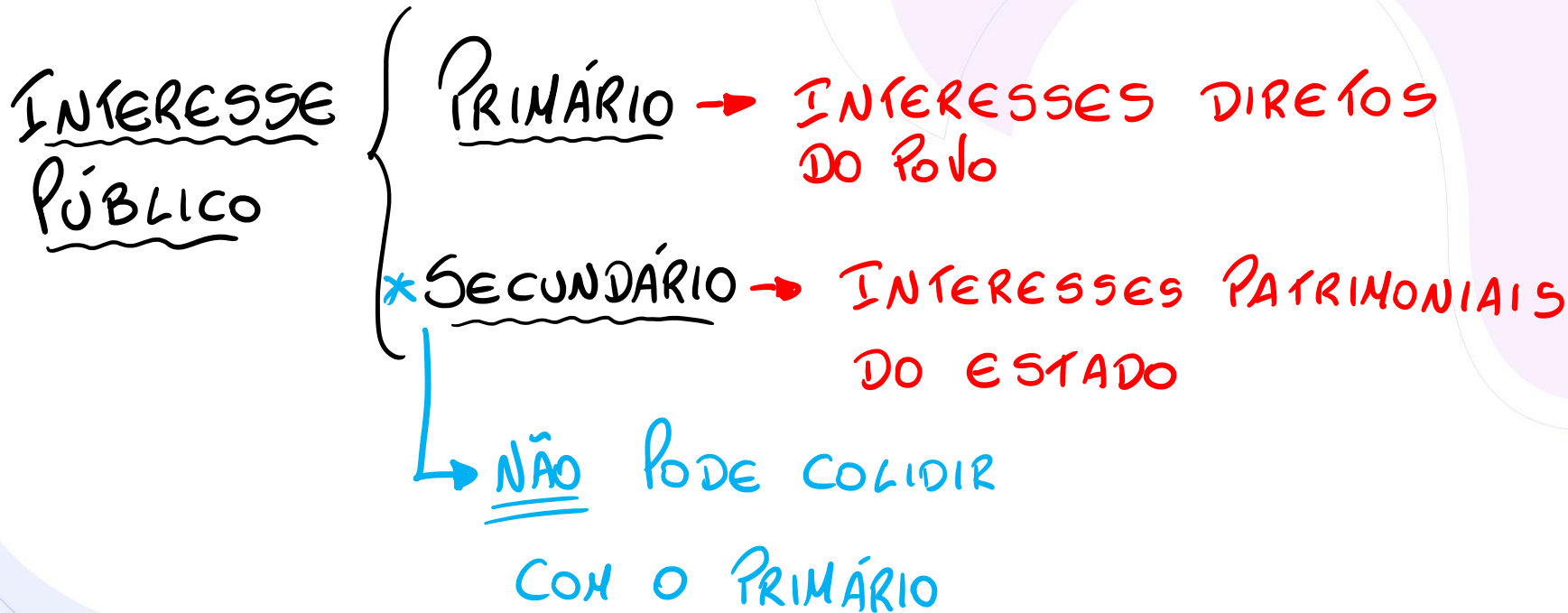
\* STF → NÃO IMPEDE CELEBRAR { ACORDOS  
TRANSAÇÕES

PILARES DO DIREITO ADM



{ SUPREMACIA  
INDISPONIBILIDADE

# APROFUNDANDO



# RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

- \* LIMITAÇÃO AOS ATOs DISCRICIONÁRIOS
- \* COIBIR EXCESSOS

→ RELAÇÃO ENTRE  $\begin{cases} \text{MEIOS} \times \text{FINS} \\ \text{FORÇA} \times \text{FALTA} \end{cases}$

→ VEDADO: MEIOS SUPERIORES AOS ESTRITAMENTE NECESSÁRIOS

→ ATO EXCESSIVO: PASSÍVEL DE INVALIDAÇÃO

# AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA

↳ SÚMULA 473/STF

(≠ TUTELA ADM)

\* REVER OS PRÓPRIOS ATOs { REQUERIMENTO  
DE OFÍCIO

→ ANULAR: ILEGAIS

→ REVOGAR: CONVENIÊNCIA/OPORTUNIDADE → RESPEITADOS OS  
DIREITOS ADQUIRIDOS

\* RESGUARDADA ⇒ Apreciação JUDICIAL